
Constituição dos atos de 8 de janeiro em Brasília como acontecimento jornalístico sob a ótica da Análise Materialista do Discurso¹

Witor SILVA²

Marluza da ROSA³

Universidade Federal de Santa Maria - Campus Frederico Frederico Westphalen, RS

RESUMO

Nesta pesquisa, exploramos a forma com que um acontecimento é constituído pelo jornalismo, sob a ótica da Análise Materialista do Discurso. O foco de estudo consiste nos Atos de 8 de janeiro de 2023 em Brasília, quando um grupo de pessoas marchou em direção à Praça dos Três Poderes, rompeu barreiras de proteção e adentrou em prédios públicos. Houve depredação dos edifícios e 2.151 pessoas foram presas em flagrante. Esta pesquisa tem como objetivo averiguar como os portais G1 e Folha de S. Paulo constituíram esse evento como acontecimento jornalístico. Chegou-se ao entendimento de que as ações foram construídas como vandalismo ou depredação, com foco nas consequências materiais aos prédios públicos. Ao qualificar os Atos como vandalismo, os portais restringem a relação de efeitos das ações, afastando-as de sua compreensão como um possível atentado ao Estado Democrático de Direito.

PALAVRAS-CHAVE: Acontecimento; Jornalismo; Análise do Discurso.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 8 de janeiro de 2023, pela manhã, um grupo de pessoas estava reunido na capital nacional, no setor militar urbano, em frente ao quartel-general do exército. Por volta das 13h, marchou em direção à Praça dos Três Poderes e, cerca de uma hora depois, rompeu as barreiras de proteção, adentrando em prédios públicos: o Palácio do Congresso Nacional (sede do Senado Federal e da Câmara dos Deputados), o Palácio do Supremo Tribunal Federal e o Palácio do Planalto (sede do Governo Federal). Houve depredação dos edifícios públicos e 2.151 pessoas foram detidas em flagrante em Brasília. “Destas 1.406 permaneceram presas” (MESTRE, 2023). No mesmo dia, foi decretada intervenção federal no Distrito Federal, cujo governador, Ibaneis Rocha, foi afastado temporariamente do cargo. No decorrer da semana, a pedido da Polícia Federal e da Procuradoria-Geral da República, foram executadas 41 prisões de pessoas com

¹ Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante do 8º semestre do curso de Jornalismo Bacharelado da Universidade Federal de Santa Maria - Campus Frederico Frederico Westphalen, e-mail: silva.witor@acad.com.br

³ Professora Adjunta da Universidade Federal de Santa Maria - Campus Frederico Frederico Westphalen, e-mail: marluzarosa@ufsm.br

suspeita de terem financiado os atos. Os comandantes da Polícia Militar do Distrito Federal envolvidos com a segurança da Praça dos Três Poderes foram exonerados.

Ao lançar luz aos atos em Brasília como o acontecimento que afeta retroativamente suas causas, essa pesquisa propõe a reflexão acerca do jornalismo no processo de constituição de acontecimentos como jornalísticos.

A linha teórico-científica adotada é a da análise materialista do discurso (AD), que permite uma visão ampla da formulação dos textos jornalísticos (notícias, reportagens, notas), a fim de apurar suas causas e efeitos.

Esse estudo tem como principal objetivo averiguar como o jornalismo construiu esse evento como acontecimento jornalístico e discursivo por meio da análise de discurso.

A proposta desta pesquisa é explorar através da AD, a constituição dos atos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília, como acontecimento jornalístico, pelo portal de notícias G1, do Grupo Globo, e pelo portal do jornal Folha de S. Paulo. O critério para o recorte foi o ranking de audiência da Comscore⁴, o qual aponta que o portal do jornal Folha de S. Paulo e o G1 são líderes de audiência em sites de notícia multiplataforma (computadores e dispositivos móveis) no Brasil. Esse recorte compreende o período entre 8 de janeiro de 2023, dia em que os atos em Brasília ocorreram, até o dia seguinte, 9 de janeiro.

O arquivo do estudo foi constituído através da busca avançada do Google, com a inserção do termo “Brasília”, além de restrições de busca: restrição de sites (“<https://g1.globo.com>” e “<https://www1.folha.uol.com.br>”), restrição cronológica (publicações situadas entre os dias 8 e 9 de janeiro de 2023) e restrição de duplicações fornecida pelo Google, que oculta resultados que possam ser idênticos.

ANÁLISE MATERIALISTA DO DISCURSO

O termo “discurso” é comumente empregado na língua portuguesa para descrever uma fala de um homenageado, um pronunciamento político, uma construção textual que faça o uso da retórica. A ideia de que discurso trata-se da mensagem oral

⁴Disponível em: <https://www.comscore.com/por/Insights/Rankings-do-Mercado> Acesso em: 28 jun. 2023.

proferida em público, está atrelada ao senso comum, no entanto, para a AD, o discurso é o resultado da materialização da ideologia do sujeito por meio da linguagem.

Para os pesquisadores em Comunicação (mas também do âmbito das ciências sociais), o discurso é um objeto de investigação frequente. No entanto, como afirma Fernandes, o discurso “não é a língua, nem texto, nem a fala, mas necessita de elementos lingüísticos para ter uma existência material” (FERNANDES, 2013, p. 12). Por essa perspectiva, pode-se pensar no jornalismo como uma atividade humana, na qual o funcionamento da língua é constante, portanto, através da análise de discurso, é possível fazer observações pertinentes ao campo de estudos em Comunicação.

Nos estudos do discurso, a noção, enquanto parte de uma linha teórico-científica, assume outro sentido, se voltarmos à raiz, “[...] discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2007, p. 15). A ideia de curso refere-se aos estudos da AD serem encarados como um diagnóstico do presente, portanto, na atualidade dos acontecimentos, a AD torna objeto de estudo a dinâmica da linguagem. Dessa forma, podemos entender que discurso é a materialização dos atravessamentos ideológicos nos sujeitos, que se dá através da prática da linguagem. Se o discurso é essa prática, a análise de discurso irá tratar da investigação do processo de construção desse discurso e também do processo de significação. Em outras palavras, discurso não versa sobre o texto (que pode ser escrito e/ou oralizado) em si, mas sim sobre os sentidos produzidos.

O discurso se trata da produção de efeitos de sentido a partir do texto. Dessa forma é inevitável que essa produção se dê por um processo de resgate histórico de significação, portanto, o discurso “implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente lingüística” (FERNANDES, 2013, p. 12). Tendo isso em vista, a análise “pressupõe considerar todos os aspectos envolvidos neste sistema, nesta processualidade própria do fazer jornalístico, sendo que estes aspectos não estão do lado de fora do texto, mas inseridos nele” (SCHWAAB, 2007, p. 15).

A noção de discurso, a partir da perspectiva de Orlandi (2007), é um alicerce teórico desta pesquisa. Sua obra explora as bases teóricas dos estudos de análise de

discurso, sondam a relação entre sujeito-discurso-ideologia e como se dá a produção de sentidos através da linguagem. Para a autora,

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem codificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele. (ORLANDI, 2007, p. 30).

A autora traz pontos relevantes para os pesquisadores da análise de discurso. O primeiro é que o discurso não trata do tangível da fala, do que é facilmente perceptível, por isso a importância da diferenciação da palavra “discurso” no senso comum e do conceito de “discurso” no âmbito acadêmico. O segundo está na investigação da forma como algo é dito, visto que uma coisa pode ser dita das mais variadas formas e provoca sentidos diferentes. A terceira, o que não é dito.

Como abordado no capítulo anterior, o processo jornalístico é feito de decisões, e essas escolhas estão relacionadas com a ideia do jornalismo como construção, que recorta o acontecimento histórico e o transforma em acontecimento jornalístico. O acontecimento discursivo estará situado na colisão entre a memória e a atualidade, resultando num processo de ressignificação. Em vista disso, a fim de determinar um acontecimento como discursivo se faz necessário uma análise para que seja avaliado se há a ocorrência do processo de ressignificação.

Trazendo ponderações acerca da análise de discurso, principalmente no que diz respeito ao discurso e à ideologia, Fernandes (2013) reflete sobre o emprego dos termos “invasão” e “ocupação” para abordar um acontecimento, uma ação dos movimentos dos trabalhadores rurais Sem-Terra, funcionamento que se dá no jornalismo, que é um discurso sobre um outro discurso. Ao aproximarmos do discurso dos envolvidos nessa situação, percebe-se que “no discurso dos *sem-terra*, a tomada da terra é designada de *ocupação*, enquanto no discurso dos proprietários rurais, a prática dos sem-terra é designada por *invasão*.” (INDURSKY, 2002, p. 125, grifo da autora). Esses dois sentidos produzidos são opostas entre si e essa disparidade se deve à inscrição dos sujeitos em formações discursivas antagônicas.

Portanto, cada expressão pode provocar diferentes sentidos, que variam com diversos fatores, incluindo a ideologia, que para a AD, “é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 46). Podemos pensar a ideologia como um conjunto de ideias, que fazem parte de uma formação ideológica, mudando a forma de percepção e produção de sentidos pelos sujeitos.

Nesse sentido, a análise de discurso não se detém apenas no aspecto lexical do que será estudado, pois para além do significado, os sentidos são vinculados às condições de produção, uma composição dos fatores sociais, políticos e humanos.

Como o discurso encontra-se na exterioridade, no seio da vida social, o analista/estudioso necessita romper as estruturas lingüísticas para chegar a ele. É preciso sair do especificamente lingüístico, dirigir-se a outros espaços, para procurar descobrir, descortinar, o que está entre a língua e a fala, fora delas, ou seja, para compreender de que se constitui essa exterioridade a que se denomina discurso, objeto a ser focalizado para análise (FERNANDES, 2013, p. 15-16).

O que o autor pondera está intimamente ligado às condições de produção do discurso, reiterando que o discurso não se trata apenas da língua ao colocar o objeto de estudo na exterioridade, uma vez que “se instaura um campo de conflitos no qual diferenças sociais coexistem” (FERNANDES, 2013, p. 15-16), portanto, essas diferenças geram conflitos, embates sociais que refletem no lingüístico. Dessa forma, “o que marca as diferentes posições dos sujeitos, dos grupos sociais que ocupam territórios antagônicos, caracterizando tais embates, é a ideologia, é a inscrição ideológica dos sujeitos em cena” (FERNANDES, 2013, p. 15-16). Sendo assim, podemos pensar que o sujeito é atravessado ideologicamente, e a ideologia, por sua vez, tem a existência condicionada pelos sujeitos. À vista disso, pode-se considerar que o sujeito não é a fonte do discurso, já que o discurso pode ser encarado como a materialização da inscrição ideológica nos sujeitos. Dessa maneira, a ideologia é “imprescindível para a noção de discurso, não apenas imprescindível, é inerente ao discurso” (FERNANDES, 2013, p. 15-16).

ACONTECIMENTO JORNALÍSTICO

Uma das noções mais importantes quando nos aprofundamos no debate

jornalístico é a de acontecimento. É comum, fora do meio jornalístico, que se use o termo “fato”, para designar o que na verdade é um acontecimento, ou mesmo a expressão “retrato da realidade” para designar o trabalho do jornalista. Essa prática é reforçada pelo próprio jornalismo, que, segundo Traquina (2005), é resultado de “um acordo tácito entre os que escolhem esta profissão de jornalista e o leitor/ouvinte/telespectador” (TRAQUINA, 2005, p. 19-20) e esse pacto “torna possível dar credibilidade ao jornalismo” (TRAQUINA, 2005, p. 20). Por essa perspectiva, para manter a confiabilidade do público, o jornalismo realça a ideia defendida pela teoria do espelho, reforçando que “a notícia não é ficção, isto é, os acontecimentos ou personagens das notícias não são invenção dos jornalistas” (TRAQUINA 2005, p. 20). Dessa forma, o jornalismo cria uma “barreira inviolável” entre a ficção e a realidade, por meio da qual o jornalismo se mantém do lado da realidade, sem avançar para o outro lado. Apesar da tentativa do jornalismo em defender essa perspectiva, “muitas vezes essa ‘realidade’ [...] aparece sempre em pedaços, em acontecimentos” (TRAQUINA, 2005, p. 20). Pelo ponto de vista da abordagem construcionista no jornalismo, que entende que as notícias são uma construção da realidade, essa seleção dos acontecimentos que compõem uma notícia já fazem parte do processo de construção. A matéria jornalística seria fruto da construção que o jornalismo faz do acontecimento, que como diz Traquina aparece “recortado” nas notícias.

Como mencionado anteriormente, pela perspectiva construcionista há a compreensão do jornalismo como uma construção, portanto, entendemos que o jornalismo se faz de critérios de seleção, de noticiabilidade, além de regras e códigos (muitas vezes implícitos) de conduta e escrita. Nessa abordagem entende-se que os critérios de noticiabilidade são o ponto de partida do processo jornalístico e, no entendimento de Wolf (2008), os valores-notícia são determinantes em todo o processo noticioso.

Ao pensarmos nos valores-notícia como algo que estrutura o jornalismo em torno do acontecimento, aproximamo-nos do conceito de acontecimento trazido por Žižek (2017), como uma estrutura circular. Ao fazer uma analogia com o amor, o autor afirma que “Ele é a manifestação de uma estrutura circular em que o efeito acontecimental determina retroativamente suas causas e razões”, ou seja, o acontecimento age de forma a revelar suas causas, fazendo com que a razão de

acontecer seja reiterada pelo próprio acontecimento em si. Em outras palavras, ao analisarmos um acontecimento, de imediato, passamos a analisar suas causas, e a dimensão desse evento pode alterar a dimensão da sua própria causa. Para desenvolver melhor essa linha de pensamento, podemos refletir sobre o que é considerado um acontecimento de grande magnitude, como uma queda de avião, que compõe uma ocorrência muito noticiada no jornalismo, tendo em vista que se enquadra em valores-notícia como **morte, acidente, tragédia**.

É importante ressaltar que esse acontecimento também desperta um novo olhar à história e está relacionado com acontecimentos passados. Como argumenta Pêcheux, o acontecimento está “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2008, p. 17). À medida que novos desdobramentos vão surgindo, as causas ganham outro valor na história. O acontecimento jornalístico, como argumenta Antunes (2014, p. 160), “não surge de um nada histórico. Ele se inscreve sobre uma memória social, política e histórica, que é também determinante na sua própria compreensão e designação como acontecimento”. Essa memória no acontecimento jornalístico, remete àquilo que já foi dito, a um resgate histórico. Portanto, a partir da descrição de acontecimentos, as notícias “empreendem movimentos de resgate da memória” (SCHWAAB, 2014, p. 55). Essa memória é descrita como interdiscurso, ou seja, “aquilo que fala antes, em outro lugar” (ORLANDI, 2005, p. 31). Utilizando como exemplo uma designação que aparecerá na análise do *corpus*, a de “terrorista”, faz com que haja uma rememoração naquilo que já foi dito. No século XXI o termo “terrorista” tem uma marcação muito estreita com um acontecimento específico comumente referido como “11 de setembro”, portanto, inserido em uma formação discursiva, o sujeito irá fazer o resgate da memória, que como já dissemos, funciona em forma de tecido e estará próxima da formação ideológica.

Ao utilizar uma analogia com a obra *Testemunha ocular do crime*, de Agatha Christie, Žižek trabalha como o evento central do livro o momento em que a personagem, Elspeth McGillicuddy, vê uma mulher sendo estrangulada no compartimento de outro trem.

Eis um acontecimento em seu estado mais puro e essencial: algo chocante, fora do normal, que parece acontecer subitamente e que interrompe o fluxo natural das coisas; algo que surge aparentemente a partir do nada, sem causas

discerníveis, uma manifestação destituída de algo sólido como alicerce. (ŽIŽEK, 2017, p. 8).

Podemos pensar que a noção de acontecimento, nesse estado de pureza em que o aborda Žižek, sempre será um objeto de trabalho no jornalismo: o chocante e o inesperado (que muitas vezes, após ocorrer, revela-se não tão inesperado assim) são constantemente explorados como acontecimento jornalístico. Isso se dá pela relação dos critérios de noticiabilidade e dos valores-notícia com aquilo que irrompe com o “curso natural das coisas”. Como pensa Lage (2001), os acontecimentos são transformados em notícia a partir do momento no qual alteram a dinâmica histórica dos seres.

Portanto, é preciso levar em consideração o dinamismo histórico que o jornalismo busca, ou seja, o que chamamos de factual, de “quente”, aquilo que no exercício pleno da profissão, o jornalismo tem por objeto, o acontecimento mais atual. Reforça essa ideia a etimologia da palavra *news*, notícias em inglês, que advém da palavra *novus* do latim, que significa “o mais recente, o mais novo”, enfatizando a inserção do jornalismo no presente.

Pode-se pensar então, que o acontecimento jornalístico, aquele que inicia toda uma cadeia de ações que constitui o próprio jornalismo, é recente. Portanto, para analisarmos o discurso jornalístico, o colocamos como algo que se conecta com o factual. Pela abordagem da AD, Rosa (2021) entende que “os estudos do discurso, notadamente a partir do viés foucaultiano, costumam ser pensados como um ‘diagnóstico do presente’” (ROSA, 2021, p. 418). O jornalismo tem como objeto os acontecimentos que estão inseridos no “presente”, inscrevendo-os na história. Dessa forma, “analisar discursos consiste em desnaturalizar e desabituar nosso olhar daquilo que, de tão próximo e imediato, parece-nos estável, sem falhas. (ROSA, 2021, p. 418). É de interesse do jornalismo transformar em notícia, o acontecimento no estado mais puro descrito por Žižek. Aquele evento que altera o “fluxo natural das coisas”, que num primeiro momento, parece constante e consistente, algo controlado que, inesperadamente, torna-se variável e oscilante.

A partir de duas perspectivas, Antunes (2014) corrobora com essa visão de acontecimento “de um ponto de vista fenomenológico, um acontecimento implica um quadro de ruptura em certa ordem de coisas” (ANTUNES, 2014, p. 160). O autor também argumenta que “do ponto de vista biográfico ou histórico, um acontecimento

pode implicar uma quebra de expectativas, uma abertura para possibilidades não previstas” (ANTUNES, 2014, p. 160). Essa abertura para as possibilidades se traduz na matéria jornalística com o “enredamento de causas, propósitos, motivos, agentes” (ANTUNES, 2014, p. 160). Portanto, acontecimento é transformado em acontecimento jornalístico, e é posto “em um quadro contextual, em um mundo significado” (ANTUNES, 2014, p. 160).

Lage (2014) corrobora com a perspectiva construcionista e afirma que “o acontecimento jornalístico nasce no interior de um jogo de interações entre o que ocorre, o que é configurado pelo jornalismo na forma de notícias, reportagens e outras modalidades narrativas, e o que é interpretado pelos sujeitos” (LAGE, 2014, p. 79). O jornalismo escolhe determinado acontecimento, construindo-o como notícia, porque “o acontecimento pressupõe sobretudo uma marcação no curso de nossa experiência” (LAGE, 2014, p. 80) e esse processo é marcado pelo agrupamento de diversos elementos que irão situar esse acontecimento como matéria noticiosa, e não apenas como evento aleatório. Dessa forma, o jornalismo articula uma série de acontecimentos para poder construir a narrativa jornalística, que está no presente.

O acontecimento funciona, pois, como uma referência inicial que demanda a construção de uma interpretação, sua transformação em fatos, em “acontecimentos jornalísticos”. Torna-se acontecimento jornalístico ou fato a partir de um olhar que busca estabelecer o contexto da sua emergência, explicar-lhe o sentido. (ANTUNES, 2014, p. 161).

Segundo o autor, o jornalismo transforma o acontecimento em “acontecimento jornalístico”, a partir do momento em que se busca estabelecer contexto ao evento, inserindo-o em um plano sobre o qual o jornalismo irá trabalhar a interpretação do ocorrido, com a finalidade de atribuir sentido ao produto final, que são as notícias.

Um ponto a ser considerado nas pesquisas em Comunicação, está na forma como o tempo é marcado pelo jornalismo, no sentido de noticiar, no presente, o que aconteceu. “Quando dizemos que algo aconteceu (virou manchete?), o fato temporalmente marcado na narrativa jornalística parece ter um tempo evidente, que é o da emergência do acontecimento” (ANTUNES, 2014, p. 161). Em relação a essa emergência, podemos pensar que isso se deve à busca pelo mais recente, ao imediatismo, e é possível ver essa busca nas coberturas jornalísticas de acontecimentos

de grandes proporções.

Retornando ao exemplo anterior de, uma queda de avião: para que se coloque o acontecimento dentro de um plano contextual que possa ser interpretado, o jornalismo constrói a notícia juntamente com outros acontecimentos anteriores, embora seja tratado como recente. À medida que novas informações são descobertas, esse novos desdobramentos desencadeiam uma série de repercussões sobre o acontecimento principal, a queda do avião, que são retratadas como factuais, mesmo que estejam no passado.

Vimos que o acontecimento torna-se jornalístico através dos critérios de noticiabilidade e valores-notícia, portanto, o jornalismo faz o processo de construção da notícia, estabelecendo um contexto histórico para aquilo que à primeira vista parece “flutuando” no espaço temporal, ao realizar essa constituição dos fatos, o jornalismo os define enquanto acontecimento jornalístico.

O ATENTADO, A INVASÃO E O VANDALISMO

Parte fundamental do processo jornalístico está justamente no recorte do acontecimento, o que nos permite refletir sobre o que podem ser determinados acontecimentos, tendo em vista que, para a maioria das pessoas, as informações sobre o que ocorre ao redor de onde vivem são difundidas justamente pelo veículos de comunicação, que selecionam, dentro de “um número imprevisível e indefinido de acontecimentos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias” (WOLF, 2008, p. 196). Entende-se, então, que o início do processo noticioso está no recorte de um acontecimento e na sua capacidade de ser transformado em elemento para construção de uma notícia.

Há eventos que por si só já possuem nome, cabendo aos veículos apenas reproduzir aquilo que já foi nomeado. Um exemplo disso pode vir de eventos esportivos, como os Jogos Olímpicos. Por outro lado, os Atos em Brasília podem ser definidos justamente ao contrário, já que coube aos próprios veículos de comunicação atribuírem um nome para o evento e, conseqüentemente, designá-lo. Um ponto de reflexão da presente pesquisa está justamente na forma com que o G1 e a Folha de S. Paulo constroem esse acontecimento, por meio da nomeação e da designação.

Primeiramente devemos lembrar as definições de nomeação e designação trazidas por Guimarães (2003): a primeira como o fenômeno de dar existência histórica, ou seja, a partir do momento em que os meios de comunicação nomeiam um acontecimento, ele passa a ser determinado como acontecimento histórico. É a partir disso que o jornalismo irá construí-lo em acontecimento jornalístico. Já a segunda pode ser definida pela produção de sentidos que é desencadeada pelo nome, portanto, muito mais do que dar existência, a designação implica em induzir ao resgate histórico, à memória.

Analisemos então os trechos das notícias sobre o acontecimento que chamamos nesta pesquisa de Atos em Brasília, e que teve de ser nomeado pelos veículos de imprensa, como G1 e Folha de S. Paulo. Algumas das sequências discursivas analisadas utilizaram mais de um termo para nomear o acontecimento, portanto, consideramos que a primeira expressão empregada foi considerada mais relevante para a construção dessas notícias.

A ênfase em invasão foi dada na SD1:

SD1) Terroristas bolsonaristas invadem Congresso Nacional, Planalto e STF, em Brasília. Militares tentaram, mas não conseguiram, conter terroristas com spray de pimenta e bombas de efeito moral. Vândalos depredaram os prédios, sedes dos poderes da República.

Para pensarmos melhor sobre a “invasão”, podemos remontar o emprego das designações “ocupação” e “invasão” quando relacionadas ao Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nos estudos de Indursky (2002), a autora coloca a primeira como um ato legítimo e a segunda como um crime.

Ocupação tem como referente a terra *improdutiva*. *Invasão* constrói como referente a *terra privada*. A primeira, por tratar da terra improdutiva, trabalha o *sentido ético* de uma terra que, por ser improdutiva, deve ser redistribuída para que aqueles que o desejam possam cultivá-la para dela tirar a sua subsistência e a dos seus. A segunda, por possuir um proprietário, põe em relevo o sentido jurídico de violação da propriedade privada. (INDURSKY, 2002, p. 125, grifos da autora).

Podemos considerar, então, que, assim como nas notícias acerca da atuação do MST em terras improdutivas, os veículos se valem da designação “invasão”, no sentido jurídico de violação, no do MST, da propriedade privada, no caso dos Atos em Brasília,

nas sedes dos três poderes. A SD2 também aponta a invasão, mas primeiramente classifica os atos como um “atentado”:

SD2) Atentado dos bolsonaristas golpistas se deu com invasão e vandalismo no Congresso Nacional. O esvaziamento do teto do Congresso só foi completado mais de três horas depois da invasão, com o uso de bombas de efeito moral pela tropa de choque da Polícia Militar do Distrito Federal.

Mais uma vez, o termo “invasão” designa a violação jurídica da propriedade, a imputação de um crime, além de apontar para o modo como o ato se deu. Pode-se pensar, também, no funcionamento do termo “atentado” nessa sequência discursiva e levantar algumas questões. A palavra “atentado” tem o significado definido pelo Dicio, dicionário on-line da Língua Portuguesa, como “ato criminoso de violência que busca prejudicar algo ou alguém, normalmente, pautando-se numa causa política ou religiosa”. Cabe indagar, então: a SD2 aponta que o atentado é contra o quê e quem? Há apenas uma indicação que adjetiva o atentado, de que teria sido executado pelos “bolsonaristas golpistas”, por meio da invasão e do vandalismo.

A maior parte das sequências discursivas analisadas classifica os Atos em Brasília como “vandalismo”, como na SD3:

SD3) Golpistas voltam para o quartel-general do Exército e se reinstalam após vandalismo em Brasília. Polícia do Exército pede que bolsonaristas desmontem barracas, mas eles não seguem orientação e permanecem no local.

Esse trecho não expressa o que foi vandalizado, apenas que aconteceu na cidade de Brasília, diferentemente do que ocorre na SD5:

SD5) Do discurso violento ao terrorismo: um relato exclusivo de 2 meses dentro do acampamento de bolsonaristas golpistas em Brasília. Nos dias anteriores à depredação do Congresso, do Planalto e do STF, extremistas radicalizaram em declarações radicais e antidemocráticas. Vídeos inéditos mostram arrecadação de dinheiro, defesa da intervenção militar, 'gato' na energia elétrica e churrascos.

A sequência discursiva mobiliza o termo “depredação” para descrever os Atos em Brasília, e ainda faz referência aos prédios públicos que representam os três poderes. Tendo em vista as diferentes formações ideológicas nas quais os sujeitos estão inseridos, podemos pensar, então, nos sentidos que a expressão “depredação do Congresso, do Planalto e do STF” produz. Num primeiro momento, há a simbologia envolvida no que

os prédios em si representam, que podem ser considerados mais do que uma estrutura física, mas também como ícones do estado democrático.

Por outro lado, a SD4 coloca os atos como antidemocráticos, nomeando-os como “golpistas”:

SD4) Aliados de Bolsonaro se dividem sobre ato golpista em Brasília. Moro condena, e Malafaia fala em "manifestação do povo"

Cabe observar que descrever o evento como um “ato golpista” implica no entendimento de que o ato é golpista, e não quem o cometeu. Ao encontro da SD4, a SD7 também nomeia os atos da mesma forma.

SD7) Rússia, China, Alemanha e Reino Unido fazem coro a outros líderes e condenam ato golpista em Brasília. Governante falam em ataque à democracia e manifestam apoio e solidariedade à Lula.

Ainda é acrescentado que se trata de um “ataque à democracia”, no entanto, pode-se notar que a designação é referida como uma classificação feita pelos “governantes”, um grupo de autoridades de países estrangeiros que designam esse termo. Por outro lado, na SD6, esse acontecimento também é nomeado como “ataque”.

SD6) 7 momentos em que os ataques em Brasília lembraram a invasão ao Capitólio nos EUA. Assim como os terroristas que promoveram a invasão do Congresso americano, bolsonaristas radicais não aceitam os resultados das urnas no Brasil e pedem um golpe de estado.

Dentre todas as sequências discursivas recortadas para esta pesquisa, a designação com o maior número de incidências foi “vandalismo”. O termo aparece nas SD1, SD2, SD3, SD5 e de forma destacada na SD8.

SD8) Vandalismo em Brasília eleva risco-país e há chance de fuga de capital, dizem analistas. Aumento da tensão política compromete imagem do Brasil diante de investidores e dólar pode disparar.

Nessa chamada, do dia 9 de janeiro, foca em avaliar as consequências dos Atos em Brasília, não se indica os executores da ação, somente a nomeação dos atos como “vandalismo”, termo que indica um dano deliberado à propriedade, nesse caso, aos prédios dos três poderes. Tendo em vista que nessa chamada não há nenhuma referência aos atos além da expressão “Vandalismo em Brasília”, podemos pensar então que a

construção do texto está inserida em um tecido histórico, que faz com que o “vandalismo” rememore o já-dito. Já na linha de apoio, há a expressão “aumento da tensão política” como um resultado da ação não explicitada no texto. Podemos pensar que essa formulação de texto funciona no sentido de indicar que há duas ou mais forças políticas, não necessariamente partidos políticos, que estão em embate entre si, ou seja, a tensão política é causada por mais de um agente.

Podemos considerar que as formas de designação dos Atos em Brasília implicaram no entendimento de que houve uma invasão, um ataque e um atentado, mas essas ações foram categorizadas como vandalismo, como uma maneira de atentar contra o patrimônio público, silenciando assim a possibilidade de os atos serem contra o Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Elton, O jornalismo é história malfeita?. In: LEAL, Bruno (org.); ANTUNES, Elton (org.); VAZ, Paulo Bernardo (org.). **Para entender o jornalismo**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, p. 155-168

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. São Carlos, SP: Claraluz, 2008.

GUIMARÃES, Eduardo. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. In: TASCETTO, Tania. **Língua e Literatura**: Limites e Fronteiras. 26. ed. Santa Maria, RS: [s. n.], 2003, p. 53-62

INDURSKY, Freda. O entrelaçamento entre o político, o jurídico e a ética no discurso do/sobre o MST: uma questão de lugar-fronteira. **Revista da Anpoll**, [S. l.], v. 1, n. 12, p. 111-131, 2002. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/507/517>. Acesso em: 13 nov. 2023.

LAGE, Leandro. O acontecimento é o passado da notícia?. In: LEAL, Bruno (org.); ANTUNES, Elton (org.); VAZ, Paulo Bernardo (org.). **Para entender o jornalismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, p. 77-88.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2001.

MESTRE, Gabriela. **Mais 41 foram presos além dos 1.406 detidos no 8 de janeiro**. Portal Poder 360. 9 mar. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/justica/mais-41-foram-presos-alem-dos-1-406-detidos-no-8-de-janeiro/#:~:text=Além%20dos%201.406%20detidos%20por,2023> Acesso em: 17 maio 2023.

ORLANDI, Eni. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007a.

ORLANDI, Eni. **Estudos da Língua(gem)**: Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. 1. ed. Vitória da Conquista, BA: [s. n.], 2005.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni P. Orlandi – 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008. Título original: Discourse: Structure or Event?

ROSA, Marluza da. O discurso sobre a abertura das universidades brasileiras às migrações contemporâneas no jornalismo digital. In: **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão, SC, v. 21, n. 3, p. 415-433, 2021.

SCHWAAB, Reges Toni. Para ler de perto o jornalismo: uma abordagem por meio de dispositivos de análise do discurso. **Em Questão**, v. 13, p. 11-23, 2007. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4656/465645956002.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLF, Mauro. **Teoria das comunicações de massa**. Tradução de Karina Jannini. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Título original: Teorie delle comunicazioni di massa.

ŽIŽEK, Slavoj. **Acontecimento**: Uma viagem filosófica através de um conceito. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. Título original: Event (A Philosophical Journey Through A Concept).